



ACÓRDÃO Nº 301/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 1538/2014.

Apenso: Processo nº 1542/2014.

2- Assunto: Embargos de Declaração.

3- Embargante: Sr. Raimundo Valdelino Rodrigues Cavalcante.

4- Advogados: Sr. Fábio Nunes Bandeira de Melo, OAB/AM nº 4.331, Sra. Amanda Gouveia Moura, OAB/AM 7.222, Sra. Fernanda Couto de Oliveira, OAB/AM 11.413, e Sr. Igor Ferreira Arnaud, OAB/AM 10.428.

5- Unidade Técnica: DICA/AM.

6- Procurador de Contas Oficiante no Processo: Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça.

7- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Embargos de Declaração.

Conhecimento. Provimento Parcial.

8- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso V da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da Proposta-Voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em **concordância** com o pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

8.2- Conhecer dos Embargos de Declaração, interposto pelo **Sr. Raimundo Valdelino Rodrigues Cavalcante**, Presidente e Ordenador de Despesa, no exercício 2013, da Agência de Desenvolvimento Sustentável – Destaque, mediante o Advogado Sr. Fábio Nunes Bandeira de Melo, OAB/AM nº 4.331,

8.1- Dar provimento Parcial, a fim de esclarecer onde se lê: “não demonstrou quais medidas estão sendo tomadas para realizar as cobranças necessárias” (página 4, linha 18 da Proposta de Voto), deve-se entender: “não demonstrou quais medidas foram adotadas na época de sua gestão, para realizar as cobranças necessárias”, mantendo, *in totum*, o Acórdão nº 116/2018-TCE/AM, sem alteração do mérito.

11- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 10 de Março de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Julio Cabral (Presidente, em exercício), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

13.1-Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 301/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JULIO CABRAL

Conselheiro-Presidente, em exercício

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral